

A CPA no Processo de Autoavaliação Institucional: Avanços e Desafios nos 10 Anos do SINAES

▮Greice Scremin *

▮Marisa Diniz Dallacort **

Resumo

Este artigo discute as repercussões da atuação da Comissão Própria de Avaliação Institucional em um Centro Universitário, do interior do Estado do Rio Grande do Sul, nos dez anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. A pesquisa foi de abordagem quali-quantitativa, de tipo estudo de caso. Realizou-se um levantamento histórico da implementação da autoavaliação institucional, analisou-se o projeto de autoavaliação e aplicou-se questionários para membros da reitoria e coordenadores dos cursos de graduação. Para a análise de dados, utilizou-se os princípios da Análise de Conteúdo. A discussão teórica envolveu as produções no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior sobre a constituição das Comissões Próprias de Avaliação e a importância da avaliação institucional como base para a qualificação dos processos acadêmicos. Os efeitos positivos do trabalho foram constatados pela Comissão Própria de Avaliação como a efetiva participação da comunidade acadêmica e a validade das informações. Assim, a Comissão Própria de Avaliação é fator fundamental na contribuição de diagnóstico para a realização de ações em prol da qualidade institucional.

Palavras-chave: Comissão Própria de Avaliação. Autoavaliação Institucional. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

1 Notas introdutórias

* Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pelo PPGE/UFSM; Professora Adjunta e Representante Docente na Comissão Própria de Avaliação do Centro Universitário Franciscano. E-mail: greicescremin@gmail.com.

** Pedagoga, mestre em Educação; Coordenadora da CPA do Centro Universitário Franciscano. E-mail:cpa@unifra.br.

A educação superior no Brasil encontra-se frente a grandes desafios impostos pelas demandas da sociedade contemporânea. Esses desafios influenciam o projeto educacional das instituições de ensino superior (IES), especialmente no que diz respeito à melhoria da qualidade acadêmica oferecida por essas Instituições.

Nesse contexto, a educação superior, por meio da geração e da disseminação do conhecimento influencia a organização social, pois o seu compromisso é contribuir com a formação humana, a transformação e o desenvolvimento da sociedade. Nesse contexto, é possível afirmar que a relação entre educação e realidade social é dialógica, pois uma produz efeito na outra e vice-versa. Assim, é relevante que se tenha um panorama da situação das instituições de educação superior a fim de identificar o modo como essas têm se organizado para dar conta das demandas da atualidade.

Nesse âmbito, a partir de 2004, com a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), as IES brasileiras que ainda não tinham processos sistematizados de autoavaliação, precisaram criá-los e as que já possuíam, realizaram adequações ao novo sistema proposto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira INEP/MEC. Tendo em vista a relevância dos processos de autoavaliação institucional para o atual sistema de avaliação da educação superior no Brasil, a proposta desse trabalho evidencia uma análise acerca da constituição da Comissão Própria de Avaliação Institucional em uma IES classificada como Centro Universitário, localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Este trabalho foi desenvolvido por membros da Comissão Própria de Avaliação que atuam no setor de avaliação institucional da IES e foi organizado com base em coletas de materiais realizadas no processo de autoavaliação do ano de 2013. É importante destacar que esse estudo foi produzido por uma demanda de refletir sobre o papel e a atuação da CPA na IES, portanto, caracterizou-se como uma demanda espontânea para qualificar o trabalho realizado pela Comissão.

Desse modo, a proposta deste trabalho envolve uma meta-avaliação (avaliação da autoavaliação) realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em relação ao trabalho que vem realizando na instituição. É ímpar destacar que as práticas de avaliação institucional estão presentes nessa IES, desde muito antes da implementação do SINAES, conforme veremos no decorrer deste trabalho.

A IES caracteriza-se como uma instituição de ensino superior comunitária, confessional (privada), com trajetória extensa e experiência em educação superior, desenvolvendo a produção e divulgação do conhecimento, a promoção da cultura e o desenvolvimento técnico-científico e social. Em sua trajetória no ensino superior, a IES vem realizando significativos avanços da proposta educativa para qualificar o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão universitária com no intuito de transformar a sua organização acadêmica para universidade. Nesse sentido, tem-se buscado contribuir para a promoção de uma educação alicerçada na visão prospectiva para transcender os desafios atuais, na competência acadêmica, na inovação pedagógica, em especial nos desafios que incidem sobre os princípios básicos da vida em sociedade.

Atualmente, esse Centro Universitário é reconhecido e respeitado não só no município e região central do Estado do Rio Grande do Sul como, também, em âmbito nacional. Constitui-se em um complexo educacional que oferece cursos de ensino pós-médio, graduação, pós-graduação lato e stricto sensu. Desenvolve 32 cursos de graduação distribuídos em quatro áreas de conhecimento (Ciências Humanas, Ciências Tecnológicas, Ciências Sociais e Ciências da Saúde).

A Instituição desenvolve três cursos de pós-graduação stricto sensu: um curso Profissionalizante em Ensino de Física e de Matemática e o Programa de Pós-graduação em Nanociências (mestrado e doutorado). Mantém, também, cursos de pós-graduação lato sensu, que são ofertados de acordo com a demanda do mercado. Atualmente, o corpo discente abrange um total de 5780 alunos. Sendo 5191 matriculados em cursos de graduação, 112 no curso técnico, 383 na pós-graduação lato-sensu, 77 no mestrado e 17 no doutorado. Ainda considerando as dimensões institucionais, o corpo docente é constituído por 423 professores e o corpo técnico administrativo é composto por 227 funcionários.

Dentro desse contexto, a Instituição, comprometida com a excelência acadêmica, desenvolve o seu processo de avaliação institucional de acordo com os princípios, as finalidades e os objetivos estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Desse modo, a autoavaliação é entendida como um processo pedagógico, contínuo, permanente, legítimo e intrínseco ao fazer

universitário, tendo em vista a promoção de uma constante melhoria nos aspectos científicos, acadêmicos, tecnológicos e administrativos. É um processo que favorece o autoconhecimento da Instituição e possibilita a reflexão sobre os aspectos relacionados às políticas e aos processos institucionais.

Tendo em vista a trajetória institucional e de autoavaliação, a CPA propõe este artigo, a fim de discutir as repercussões da atuação da CPA no processo de autoavaliação da Instituição, desde sua constituição, em 2004. Para tanto, pretendeu-se discutir teoricamente sobre a importância da avaliação institucional como base referencial para a qualificação dos processos acadêmicos institucionais. Também foi realizado um levantamento histórico da implementação do processo de autoavaliação institucional e identificou-se o modo como a reitoria e as coordenações de cursos de graduação compreendem o trabalho da CPA da Instituição.

2 Caminhos percorridos

Este trabalho foi desenvolvido sob os princípios de uma abordagem de pesquisa quali-quantitativa, pois essa possibilita o tratamento das informações de modo mais completo e abrangente quanto à temática pesquisada. Compreende-se, nesse processo, que a utilização não só de procedimentos estatísticos para o tratamento dos dados coletados, como também a interpretação e análise dos fatores qualitativos resultam numa melhor interpretação do processo de autoavaliação institucional.

Destaca-se, nesse processo, a necessidade de trabalhar a colaboração entre as possibilidades metodológicas que envolvem tanto os dados qualitativos como quantitativos, buscando confluências, mas evitando confundir as duas perspectivas. Entende-se que a utilização de uma metodologia mista possibilita melhor interpretação dos dados, pois os aspectos quantitativos evidenciam elementos que podem ser melhor explicitados através de dados qualitativos e vice-versa (COOK; REICHARDT, 1982).

Nesse contexto, a realidade institucional foi investigada, a partir dos princípios de estudo de caso, pois esse se constitui como uma observação detalhada de um contexto específico (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Para esses autores, nesses casos buscam-se fontes de dados que, após organizadas de forma mais ampla, possibilitam um diagnóstico acerca da realidade investigada.

Assim, para a construção desse trabalho foi realizada uma pesquisa histórica em documentos institucionais que evidenciavam a implementação do processo de autoavaliação institucional que ocorre na Instituição desde o ano de 1998.

Outra ação realizada para o desenvolvimento desse estudo envolveu a análise do projeto de autoavaliação institucional, bem como a elaboração e aplicação de instrumentos com questões abertas para membros da reitoria (reitora e pró-reitoras de graduação, administração, pós-graduação, pesquisa e extensão) e os 32 coordenadores dos cursos de graduação. Os procedimentos éticos adotados para esse trabalho são inerentes ao processo de autoavaliação realizado anualmente na instituição, buscando sempre o sigilo da identidade dos participantes. Assim, os questionários foram anônimos e não se fez necessário passar pelo Comitê de Ética, tendo em vista o contexto do processo avaliativo da IES.

A análise desses instrumentos empregou os princípios da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1995), pois essa técnica de análise envolve a descrição objetiva e sistemática do conteúdo da comunicação. Buscou-se, assim, ultrapassar as incertezas e o enriquecimento da leitura, tendo por base um modelo formal calcado na necessidade de descobrir os elementos presentes na mensagem escrita. No caso dos questionários aplicados nesse estudo, os dados qualitativos foram agrupados e quantificados a fim de se poder categorizar o modo como os sujeitos interpretam a atuação da CPA. Nesse sentido, foram identificados e transcritos os trechos de escrita dos sujeitos que possuíam unidades de sentido para as questões realizadas.

No que tange aos argumentos qualitativos, buscou-se unidades de registro para, a partir delas, realizar a identificação de agrupamentos que possibilitassem resumir o conteúdo presente nas respostas, e assim evidenciar os aspectos mais frequentemente apontados.

3 Discussão teórica

Avaliação institucional e qualidade acadêmica

A busca pela excelência na Educação Superior envolve o engajamento e o comprometimento de toda a comunidade acadêmica. Nessa ótica, “cada segmento da comunidade universitária tem a sua parte neste empreendimento, cada grupo tem a sua

contribuição específica, diferenciada e única” (JULIATTO, 2005, p.129). Nesse sentido, a missão institucional, seus objetivos, metas, estratégias, programas, enfim, suas políticas para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão direcionam todas as atividades institucionais.

Nos últimos anos, mais especificamente, na década de 1990, as instituições de ensino superior preocupadas em elevar a sua qualidade institucional, aderiram por iniciativa própria, ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Com a Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004a), que implementou Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, a avaliação tornou-se obrigatória em todas as instituições de ensino superior no país. Assim, a avaliação institucional tornou-se uma ferramenta de gestão, pois possibilita elencar as potencialidades, os pontos fortes e os pontos frágeis, ou seja, possibilita a comunidade acadêmica conhecer melhor a realidade institucional com a finalidade de buscar a excelência acadêmica e administrativa.

De acordo com Stufflebeam e Shinkfield (1993), a avaliação serve para três propósitos essenciais: servir de guia para a tomada de decisões; proporcionar dados para a prestação de contas; e promover a compreensão dos fenômenos envolvidos.

A avaliação é um processo de identificação, recolha e apresentação de informação útil e descritiva acerca do valor e do mérito das metas, da planificação, da realização e do impacto de um determinado objeto, com o fim de servir de guia para a tomada de decisões, para a solução dos problemas de prestação de contas e para promover a compreensão dos fenômenos envolvidos (STUFFLEBEAM; SHINKFIELD, 1993, p.183).

Nesse contexto, a avaliação institucional

Também é uma ferramenta institucional com caráter pedagógico, que objetiva a busca de melhorias e auto-regulação, bem como a compreensão da cultura e da vida institucional em sua pluralidade acadêmica e administrativa (MABA; MARINHO, 2012, p. 455).

Nesse sentido a autoavaliação institucional é uma prática sistemática e permanente cuja função é muito mais crítica, que meramente de constatação e “deve analisar o

realizado, mas para melhor cumprir o que há por realizar” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 180). Para tanto, é necessária a participação efetiva da comunidade acadêmica nos processos avaliativos, pois, sem essa participação o caráter educativo e formativo da avaliação fica reduzido a uma avaliação meramente quantitativa, embora as duas intencionalidades podem mencionar ações transformadoras, porém com naturezas distintas (DIAS SOBRINHO, 2003).

Desse modo, surge então a incumbência das CPAs na organização dos processos de autoavaliação nas IES. De acordo com a Lei nº 10.861/04, cabe às CPAs a condução dos processos internos de autoavaliação institucional. Nesse sentido, a CPA deve ser formada por representantes de todos os segmentos da comunidade universitária e representante da sociedade civil organizada (BRASIL, 2004a). Essa composição e sua constituição estão explicitadas na Portaria nº 2051/2004, Art. 7º §2 que deixa clara a forma de composição, o seu funcionamento e suas atribuições que devem ter regulamentação própria aprovada pelo órgão máximo de cada instituição de educação superior (BRASIL, 2004).

De acordo com Sordi (2011),

As CPAs foram concebidas como estratégia agregadora de forças sociais existentes no cenário das IES para ações de diagnóstico situacional e eleição de prioridades com vistas às proposições de encaminhamentos sintonizados com a imagem de futuro institucional desejada (p. 604).

Sendo assim, seu papel fundamenta-se em instrumentalizar a gestão, subsidiando o planejamento institucional e sua constante revisão. No entanto, o papel que as CPAs têm desempenhado na condução dos processos de autoavaliação institucional, conforme estudos realizados e, a própria experiência, evidenciam alguns desafios que ainda precisam ser transpostos, tanto nas IES públicas quanto nas IES privadas. Entre os desafios destacam-se: a escolha de seus membros; o equilíbrio dos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada na sua composição; o envolvimento da comunidade universitária nos processos avaliativos; a autonomia da comissão e a dificuldade na construção de uma cultura avaliativa nas Instituições de Educação Superior (SORDI, 2011).

Para minimizar ou superar esses desafios que dificultam a condução de um processo avaliativo comprometido em oferecer informações para análise e reflexão sobre o desempenho institucional, e que tem como meta contribuir para a excelência acadêmica, é necessário que os gestores tenham vontade política.

Sendo assim, a seguir apresenta-se o modo como o Centro Universitário que estudamos vem se organizando no que diz respeito à autoavaliação institucional e os desafios que vem enfrentando nesse processo.

Histórico da Autoavaliação Institucional na IES

A fim de compor as informações a serem explicitadas nesse artigo, foi realizado um levantamento quanto ao projeto de autoavaliação institucional, bem como em outros documentos institucionais que referissem à constituição e o desenvolvimento do processo de autoavaliação no decorrer dos anos.

Desse modo, foi possível construir um breve histórico da autoavaliação institucional do Centro Universitário, que evidencia a preocupação dessa Instituição com os processos avaliativos e seus reflexos na qualidade acadêmica.

Em 1998, foi criada a Comissão Executiva de Avaliação Institucional, oficializada pela Portaria nº 1/99 da Reitora. Em 20 de janeiro de 1999, foi aprovado pelo Conselho Universitário o Projeto de Avaliação Institucional, com o objetivo de instituir o processo de autoavaliação institucional como prática permanente de leitura, análise e reflexão crítica sobre as ações desenvolvidas na Instituição, pois, visava-se ao aperfeiçoamento nas funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Assim, a autoavaliação foi inserida como meta no Plano de Gestão (1999-2002), tornando-se um objetivo estratégico na opção de construir a Excelência Acadêmica e Administrativa.

O processo de autoavaliação foi iniciado pelo Ensino de Graduação e envolveu três dimensões: disciplinas, desempenho docente e autoavaliação discente. Essa avaliação, em 1999, envolveu os alunos de 21 cursos de graduação. Com os resultados dessa avaliação encaminharam-se estratégias de mudanças para a melhoria dos cursos.

No ano de 2000, as avaliações abrangeram a coordenação de cursos, infraestrutura e serviços, perfil do professor, perfil do aluno, avaliação das disciplinas, desempenho docente e autoavaliação discente, perfil do funcionário, avaliação do curso pelo aluno formando,

avaliação do curso na visão do professor e do aluno de graduação, gestão universitária, autoavaliação dos órgãos e setores institucionais, avaliação da Instituição pelos coordenadores de curso de graduação e avaliação da Instituição pelo egresso. Os resultados dessas avaliações foram apresentados à comunidade acadêmica, em reuniões específicas, por área de conhecimento, para análise e discussão sobre as potencialidades e as fragilidades institucionais evidenciadas no processo avaliativo.

No ano de 2001, iniciou-se a avaliação dos cursos de pós-graduação Lato Sensu na qual foram avaliados os cursos no que se refere à: Disciplinas, Desempenho docente/discente, Coordenação de cursos, Infraestrutura e serviços na visão dos professores e dos alunos. Essas avaliações tornaram-se sistemáticas, até os dias atuais, nos cursos de especialização oferecidos pela Instituição.

Entre os anos de 2000 e 2003, foram elaborados e publicados os Cadernos de Avaliação Institucional, cujos títulos foram: “A percepção dos alunos sobre as disciplinas – 2000”; “Perfil do aluno e do professor – 2001”; “Avaliação da infraestrutura e das coordenações – 2002” e “A percepção dos alunos sobre as disciplinas – 2003”.

No Projeto de Autoavaliação Institucional (1999–2004), as ações previstas foram realizadas possibilitando à Instituição obter uma melhor percepção sobre as práticas institucionais e, a partir disso, fazer os ajustes necessários e criar novas estratégias de ação, por meio de um trabalho participativo, no qual a comunidade acadêmica esteve presente contribuindo com idéias, críticas e sugestões com a finalidade de instaurar a renovação permanente da qualidade acadêmica e da gestão universitária. Esse processo foi importante para o crescimento da IES, entretanto, não deixou de enfrentar dificuldades inerentes a novas propostas.

Com a implementação do SINAES, em 2004, a Instituição nele se inseriu e avançou em seu processo, instaurando um novo momento do processo de avaliação. Nesse âmbito, foi elaborado um novo Projeto de Autoavaliação da Instituição com funções e níveis de abrangência suficiente para desenvolver um estudo, mais aprofundado de si mesma, em vista do aprimoramento da missão institucional e da qualificação da educação superior.

A partir desse momento, o processo de autoavaliação da Instituição orienta-se pelo Projeto de Autoavaliação Institucional que tem por referenciais o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as diretrizes emanadas

do SINAES. Atualmente, esse processo é coordenado pela CPA, constituída de acordo com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Art. 11, cujas atribuições são de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP (BRASIL, 2004).

Os desafios na constituição da Comissão Própria de Avaliação

No contexto do SINAES, emergem novos desafios para o processo de autoavaliação institucional. Dentre esses desafios, está a constituição da Comissão Própria de Avaliação.

Segundo as orientações gerais expressas no caderno “Roteiro de Autoavaliação Institucional 2004”, a CPA da Instituição iniciou a primeira etapa do processo denominada Preparatória, que compreendeu um período de tomada de decisões importantes para o início da implementação do processo de autoavaliação, a partir da Lei nº 10.861/2004, embora esse já existisse de modo sistematizado na IES. Nessa etapa, deu-se a constituição da CPA com as funções de coordenar, planejar e articular o processo avaliativo conforme os critérios estabelecidos pelo SINAES. Sendo assim, foi necessário adequar a antiga Comissão Executiva de avaliação aos critérios originados pelo novo sistema, estabelecendo-se um período de transição. Para tanto, em um primeiro momento, coexistiram a Comissão Executiva de avaliação e a Comissão Própria de Avaliação, posteriormente, sendo extinta a primeira (BRASIL, 2004).

Assim, a CPA como órgão de representação acadêmica e da sociedade civil, iniciou os trabalhos, começando pela definição de seu perfil e do significado de sua atuação para promover a avaliação interna no Centro Universitário, de forma contínua e sistemática. É importante ressaltar que essa etapa culminou com o envio, ao MEC/INEP/CONAES, do Projeto de Autoavaliação da Instituição, que recebeu da comissão avaliadora, aprovação sem restrições.

A segunda etapa do processo, denominada **Desenvolvimento**, constituiu-se na implementação e execução do projeto de autoavaliação, o qual vem se consolidando ao longo desses anos. Ainda, nessa etapa, foram efetivadas, pela CPA, reuniões com a administração superior da Instituição e com a comunidade acadêmica, para definição de metodologias, de sistematização das idéias em torno dos princípios a serem observados

durante o desenvolvimento do processo; de definição das categorias de análise e do conjunto de indicadores; das negociações para o estabelecimento dos mecanismos para a operacionalização dos Núcleos básicos e comuns e dos Núcleos de temas optativos inerentes às Dez Dimensões da Avaliação Institucional.

No final de 2005, deu-se início à terceira etapa do processo, denominada **Consolidação**, que inclui um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados, bem como a elaboração do relatório final e início da divulgação. Essa etapa vem se aprimorando anualmente, por meio de encontros, palestras, seminários e oficinas junto à comunidade universitária.

Na trajetória 2004 – 2014, a Comissão Própria de Avaliação – CPA tem procurado coordenar a autoavaliação institucional de acordo com os princípios de preservação dos valores acadêmicos fundamentais, de liberdade e pluralidade de ideias; respeito à valorização da ética, da expressão e do pensamento crítico e da transparência e fidedignidade das informações coletadas na avaliação.

Com essa ótica tem conduzido, sistematicamente, a avaliação das dez dimensões previstas na Lei, além de outras avaliações que já estavam presentes na Instituição, anterior a 2004, que são: a avaliação do aluno formando; a avaliação do desempenho docente e o perfil do aluno ingressante na Instituição.

Percebe-se, nessa caminhada, que a comissão própria de avaliação do Centro Universitário desenvolve um processo avaliativo formativo e reflexivo que tem impulsionado o crescimento da Instituição de forma transparente e consiste, em todas as suas instâncias administrativas, pedagógicas, científicas e tecnológicas.

4 Resultados e Discussões

A fim de identificar o modo como a reitoria e as coordenações de cursos de graduação compreendem o trabalho da CPA da Instituição, foram propostos dois questionários distintos para os gestores supracitados (um para as quatro gestoras membros da reitoria e outro para os coordenadores dos 32 cursos de graduação). Das gestoras, somente duas responderam ao questionário e todos os coordenadores de cursos responderam ao instrumento.

Membros da Reitoria (Total: 4 membros/2 respondentes)

O questionário proposto para os membros da reitoria compreendeu a seguinte questão: Tendo em vista a trajetória do processo de autoavaliação institucional da IES, como a senhora analisa a atuação da CPA (a partir de 2004) nesse processo?

Nas respostas dos membros da reitoria, foi possível observar que esses compreendem, valorizam e apoiam o trabalho desenvolvido pela CPA.

Desde a criação e implementação do SINAES, fortaleceu sua trajetória de autoavaliação e buscou construir seu *know-how*. [...] Variedade de membros na composição da CPA contribuiu para disseminar a cultura de avaliação institucional [...] (GESTORA A).

É possível identificar a preocupação dos gestores quanto à disseminação de uma cultura avaliativa entre a comunidade universitária. Também é possível verificar a percepção dos gestores quanto ao impacto da CPA no processo de avaliação institucional no sentido positivo, pois a gestão superior menciona o amadurecimento da Comissão no que tange ao processo de autoavaliação.

A construção de um banco de dados possibilitou uma melhor compreensão do processo de autoavaliação. [...] O processo de autoavaliação institucional encontra-se em um patamar mais qualificado de experiência. [...] Há espaços para produzir análise de dados e ações efetivas de transformação das discussões em compromisso de qualificação acadêmica (GESTORA A).

O trabalho desenvolvido pela CPA é fundamental e imprescindível no processo de consolidação dos projetos pedagógicos e de avaliação dos cursos de graduação [...] (GESTORA B).

Conforme é possível identificar na fala a seguir, uma das gestoras considera extremamente relevante os levantamentos realizados pela CPA, inclusive para a construção das propostas curriculares dos cursos.

Necessidade de novas configurações curriculares interdisciplinares de fato materializadas no dia-a-dia dos cursos. Essas propostas interdisciplinares deveriam ser decorrentes do processo avaliativo [...] O trabalho desenvolvido pela CPA tem sido incansável, desde 2004, cujos registros estão em diferentes relatórios produzidos pela equipe [...] (GESTORA B).

Entretanto, também fica evidente uma preocupação no que se refere ao aproveitamento dos resultados levantados pela avaliação nos planejamentos tanto de curso, como institucional. Nesse sentido, uma das gestoras menciona que,

Os resultados da autoavaliação não foram incorporados pelos NDE's dos cursos – dificuldade de consolidação de uma cultura avaliativa institucional. [...] A CPA tem levantado dados e apontado resultados que poderiam levar a melhorias significativas, tanto nos setores administrativos de apoio aos cursos quanto ao ensino (GESTORA B).

Desse modo, fica evidente que a alta administração da Instituição não só reconhece a importância do trabalho de avaliação realizado pela CPA, como valoriza a produção dos resultados como subsídios para a elaboração do Plano de Gestão.

Quanto ao instrumento respondido pelos coordenadores de cursos de graduação, todos (32 coordenadores) responderam a um questionário misto referente à atuação da CPA e à importância da avaliação como instrumento de gestão. A seguir apresentam-se os resultados desses questionários:

Coordenadores de curso (Total: 32 coordenadores/32 respondentes)

O instrumento aplicado aos coordenadores destacou a atuação da CPA nos últimos anos, pois há rotatividade de alguns coordenadores, não sendo possível questionar a todos sobre um passado mais distante em termos de gestão. Assim sendo, os coordenadores foram questionados a respeito do trabalho que a CPA vem realizando junto às coordenações, mais recentemente.

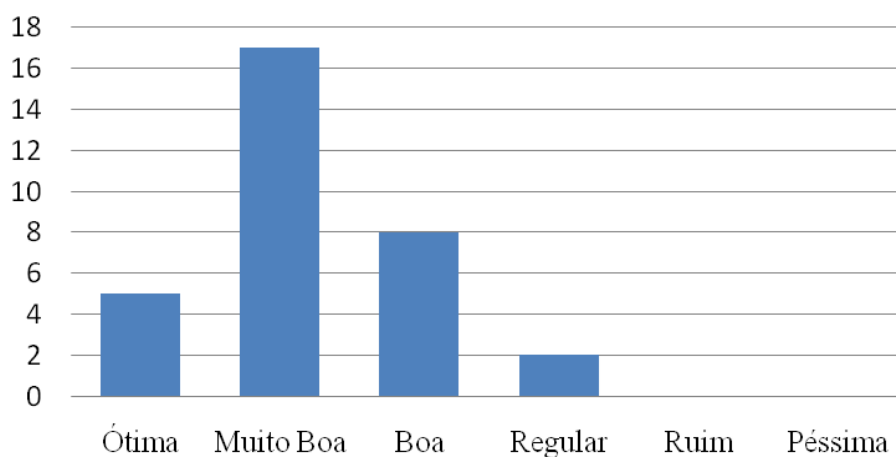
É importante destacar que os resultados evidenciados a seguir são referentes à divulgação dos resultados da autoavaliação de 2012, entretanto, esses foram apresentados e discutidos com a comunidade acadêmica em abril de 2013. Sobre essa divulgação, é necessário esclarecer que essas foram realizadas por áreas de conhecimento, com a presença dos coordenadores de cursos de graduação e membros dos Núcleos Docente Estruturante (NDEs) desses cursos. Foram, portanto, realizadas cinco reuniões de divulgação e discussão dos resultados, nas quais a CPA procurou não

só divulgar os resultados, mas também propiciar um momento de reflexão acerca do papel dos cursos no processo de autoavaliação e da importância dos resultados dessa autoavaliação para a gestão pedagógica.

A dinâmica dessas reuniões vem sendo modificada a cada ano, sempre procurando identificar o melhor modo de realizar uma reflexão com os sujeitos envolvidos nesse processo. Após as reuniões com coordenadores e NDEs, a proposta da CPA é que esses sejam os disseminadores não só dos resultados, como também da cultura avaliativa institucional para a comunidade dos cursos (professores e alunos). Pois, compreende-se que se os gestores conseguirem compreender e participar ativamente da autoavaliação institucional, também conseguirão captar seus docentes e estudantes nessa caminhada.

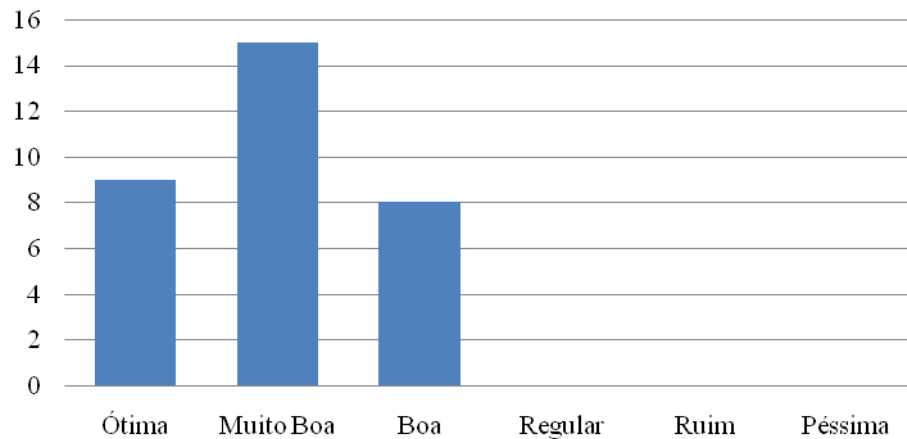
A seguir são apresentados os resultados dos questionamentos feitos para os coordenadores.

Gráfico 1 - Avaliação das reuniões da CPA, pelos coordenadores de cursos de graduação em 2013



Fonte: As autoras (2013). Com base nos questionários para coordenadores de cursos, UNIFRA 2013.

Gráfico 2 - Avaliação da divulgação dos resultados da autoavaliação institucional pela CPA, segundo os coordenadores de cursos de graduação da IES, em 2013



Fonte: As autoras (2013). Com base nos questionários para coordenadores de cursos, UNIFRA 2013.

Conforme é possível visualizar nos Gráfico 1, a maioria das respostas (15) dos coordenadores de cursos de graduação considerou que a divulgação dos resultados pela CPA no ano de 2013 foi muito boa, nove a consideraram ótima e oito a consideraram boa. Assim, é possível evidenciar que o trabalho realizado na divulgação dos resultados da autoavaliação em 2013 foi considerado positivo por aqueles que participaram das dinâmicas de apresentação e discussão dos resultados do processo avaliativo de 2012.

Esses resultados evidenciam que os coordenadores de cursos de graduação identificam como positiva a divulgação, entretanto, considera-se essencial a discussão e propagação desses resultados na comunidade universitária. É fato que as CPAs têm encontrado um grande desafio no que tange à sensibilização da comunidade acadêmica na participação efetiva nos processos autoavaliativos e isso se deve, em parte, ao fato de que as ações institucionais em prol das fragilidades se dão de modo mais cadenciado do que as pessoas querem.

Conforme o Gráfico 2, as reuniões da CPA foram avaliadas da seguinte forma: cinco coordenadores as consideraram ótimas; 17 as consideraram muito boas; oito as consideraram boas e dois as consideraram regulares. Demonstrando, assim, a necessidade de sempre se estar investindo em pensar e planejar essas reuniões para que de fato atinjam seus objetivos.

A seguir estão apresentadas as respostas dos coordenadores de cursos de graduação às questões abertas que foram propostas. A primeira apresenta, literalmente, a percepção dos coordenadores sobre a CPA no desenvolvimento da avaliação institucional.

Figura 1 - Qual a sua percepção sobre a CPA no desenvolvimento do processo de autoavaliação institucional?

CC1 - Está relacionada a mudanças no processo de ensino-aprendizagem, porque aponta critérios e indicadores que sinalizam o que está acontecendo e o que precisa ser redimensionado.

CC4 - Vem buscando o envolvimento de todos.

CC5, CC8- Orienta e colabora com o planejamento do curso.

CC7, CC11- Melhorou o formato da divulgação dos dados.

CC12 - Aprimorou o processo de autoavaliação.

CC14, CC17, CC29 - Abertura e flexibilidade quantos às sugestões dos cursos.

CC19, CC32 - Possui olhar neutro.

CC30 - Atualizada e informada.

CC9, CC12, CC15, CC29- Orienta as divulgações.

CC1, CC4, CC16, CC25 - Divulgação é realizada de forma clara e objetiva.

CC6, CC10, CC22- Preocupa-se em melhorar o processo de autoavaliação.

CC24 - Salto de qualidade e transparência no processo.

CC32, CC25- Estabelece critérios claros nas avaliações.

CC12, CC28- Envolve os diversos segmentos na construção dos instrumentos de avaliação.

CC13, CC15, CC31- Sinaliza as fragilidades e potencialidades.

CC1, CC4, CC25 - Viabiliza uma gestão democrática.

CC5, CC10- Incentivadora no processo de autoavaliação dos cursos.

CC3- Comprometida, responsável e ativa.

CC2, CC29- Vem aprimorando os processos avaliativos e sua comunicação com a comunidade acadêmica.

CC7- Conduz com firmeza a qualidade dos processos avaliativos.

CC26- Ótima participação, mas ainda existe a necessidade de melhorar a comunicação com os professores.

Fonte: As autoras (2013). Com base nos questionários para coordenadores de cursos, UNIFRA 2013.

Sobre essa questão, é possível verificar que os coordenadores possuem uma visão positiva da atuação da CPA, pois a consideram fundamental no desenvolvimento da autoavaliação institucional.

Nesse contexto, é importante referir à complexidade do trabalho a ser desenvolvido pela CPA, pois essa tem tido uma atuação proativa no que diz respeito ao desenvolvimento de uma cultura de avaliação. Assim, Silva e Gomes (2011, p.595) ponderam que “estas Comissões exercem uma tarefa complexa, pois têm de desenvolver um ambiente propício a implantação da cultura da autoavaliação enquanto deve respeitar a identidade institucional”.

As responsabilidades da CPA compreendem, portanto, a neutralidade do seu trabalho, e a proposição de uma cultura de avaliação. Esse aspecto é um desafio que se pode observar no cotidiano da CPA na IES. Assim sendo, Silva e Gomes (2011) destacam que é necessário que se estude e problematize o princípio da identidade institucional, pois “se a avaliação é um processo de autoconhecimento, ela é necessariamente transformadora. Portanto, sob o manto e mito da identidade institucional pode ser que se deixe de realizar transformações relevantes e necessárias às universidades” (p. 595).

A segunda questão aberta que foi solicitada que os coordenadores respondessem dizia respeito à relação entre planejamento e avaliação.

Figura 2 - Como os resultados das avaliações coordenadas pela CPA, repercutem na gestão do curso?

CC1, CC4, CC5 - Norteiam as ações do curso – Plano de gestão.

CC5, CC9, CC24, CC32 - Permitem uma avaliação mais detalhada do curso.

CC21, CC27 - Fazem diagnóstico de necessidades do curso.

CC4, CC11, CC17, CC31- Contribuem na gestão do curso.

CC26, CC30 - Possibilita a reflexão do corpo docente.

Fonte: As autoras (2013). Com base nos questionários para coordenadores de cursos, UNIFRA 2013.

As respostas dos coordenadores foram agrupadas de acordo com a afinidade de sentidos. De acordo com as respostas, é possível identificar que os coordenadores reconhecem a importância dos resultados da autoavaliação e alguns mencionam que

esses norteiam as ações do curso. Entretanto, do ponto de vista prático, o que ainda se observa é uma dificuldade de compreensão da relação entre resultados da autoavaliação e planejamento de gestão.

Portanto, foi possível constatar os efeitos positivos do trabalho desenvolvido pela CPA, desde o ano de 2004. Dentre esses, a efetiva participação da comunidade acadêmica nos processos avaliativos, bem como a validade das informações, especialmente tendo em vista o crescimento da instituição, nos últimos anos. Outro aspecto mencionado diz respeito à ampliação do conhecimento sobre a Instituição proporcionado pelos processos de autoavaliação que permitiram identificar as áreas de maior ou menor impacto científico, social, tecnológico e educacional.

5 Considerações Finais

A partir do levantamento realizado e dos resultados encontrados nesse trabalho, é possível concluir que o papel da CPA é fundamental para a identificação de potencialidades e fragilidades, contribuindo assim, para a realização de ações em prol do desenvolvimento da qualidade institucional.

Ao analisar o trabalho desenvolvido pela CPA nesses dez anos, percebe-se que o processo avaliativo tem evoluído e se fortalecido, pois o conhecimento gerado tem permitido à comunidade universitária perceber a relevância educacional, científica, social e tecnológica de suas atividades, bem como tornar a relação da Instituição com a sociedade mais efetiva. Possibilita, portanto, à Instituição rever, de forma sistemática, suas práticas institucionais na condução de seu Projeto Pedagógico Institucional e do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Pode-se afirmar, também, que os cursos de graduação têm se empenhado em utilizar os resultados do processo de autoavaliação como subsídios que norteiam as ações do curso, contribuindo, assim, com a sua gestão.

Nesse sentido, o impacto da CPA na IES analisada pode ser considerado positivo, pois através da composição dessa e do desenvolvimento das suas funções, de acordo com a Lei do SINAES, percebeu-se um avanço significativo no processo avaliativo institucional. Entretanto, destaca-se a necessidade de se investir no trabalho das CPAs, assim como se tem investido nas comissões externas de avaliação. Isso se faz

necessário, tendo em vista o necessário equilíbrio do trabalho dessas duas dimensões da avaliação de instituições.

Conclui-se, portanto, que o papel desempenhado pela CPA, na condução do processo de autoavaliação na Instituição vem se fortalecendo e, é fundamental, pois tem possibilitado a identificação de potencialidades e de fragilidades institucionais, contribuindo, assim, para uma visualização mais crítica e globalizada da Instituição, além, de propor ações em prol do desenvolvimento da qualidade institucional.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *[Diário Oficial da União]*. Brasília, DF, 15 abr. 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. *[Diário Oficial da República Federal do Brasil]*, Brasília, DF, 12 jul. 2004b. nº 132, seção 1, p. 12. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/cpa-comissao-propria-de-avaliacao/2051>>. Acesso em: 25 ago. 2013.
- COOK, T. D.; REICHARDT, C. S. *Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa*. Madrid: FUENLABRADA, 1982.
- JULIATTO, C. I. *A universidade em busca da excelência: um estudo sobre a qualidade da educação*. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2005.
- MABA, E. G.; MARINHO, S. V. A autoavaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: estudo de caso das Faculdades SENAC/SC. *Revista Avaliação*. [Rio de Janeiro], v.17, n.2, jun. 2012.
- SILVA, A. L. da; GOMES, A. M. Avaliação institucional no contexto do SINAES: a CPA em questão. *Revista Avaliação*. [Rio de Janeiro], v.16, n. 3, nov. 2011.
- DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SORDI, M. R. L. de. Comissão Própria de Avaliação (CPA): similaridades e dessemelhanças no uso da estratégia na educação superior e em escolas do ensino fundamental. *Revista Avaliação*. [Rio de Janeiro], v.16, n.3, nov. 2011.
- STUFFLEBEAM, D. L.; SHINKFIELD, A. J. *Evaluación sistemática: guía teórica y práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1993.

Recebido em: 03/10/2014

Aceito para publicação em: 28/11/2014

Internal Evaluation Commission's Progress and Challenges in 10 Years of the National System of Higher Education Evaluation: The Case of a Communal/Confessional Higher Education Institution of State of Rio Grande do Sul

Abstract

This article discusses the impact of the internal committee of Institutional Assessment's performance in a University Center in the state of Rio Grande do Sul, in the ten years of the National System of Higher Education Evaluation. The case study type research adopted a qualitative-quantitative approach. A historical survey on the implementation of institutional self-evaluation was conducted, the design of self-evaluation was analyzed and questionnaires were applied to members of the dean's office and coordinators of undergraduate courses. The principles of Content Analysis were used for data analysis. The theoretical discussion involved the productions within the framework of the National System of Higher Education Evaluation on the constitution of Internal Evaluation Commissions and the importance of institutional assessment as the basis for the qualification of academic processes. It found the positive effects of the Internal Evaluation Commission's work as the effective participation of the academic community and the validity of the information. Thus, the Internal Evaluation Commission is essential in the diagnosis contributing to the execution of actions on behalf of institutional quality.

Keywords: Internal Evaluation Commission. Institutional self-evaluation. National System of Higher Education Evaluation.

Avances y Desafíos de la Comisión Propia de Evaluación Institucional en los 10 Años del Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior: El Caso de un Centro Universitario Comunitario/Confesional del Río Grande do Sul

Resumen

Este artículo discute las repercusiones de la actuación de la Comisión Propia de Evaluación Institucional en un Centro Universitario, ubicado en el interior de Río Grande

do Sul – Brasil, en los diez años del Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior. La investigación tuvo un abordaje cuali-cuantitativo, de estudio de caso. Se realizó un estudio histórico de la aplicación de la autoevaluación institucional, donde se analizó su proyecto y también se les aplicaron cuestionarios a los miembros de la rectoría y a los coordinadores de los cursos de graduación. Para el análisis de los datos, se utilizaron los principios del Análisis de Contenido. La discusión teórica abarcó producciones en el ámbito del Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior sobre la constitución de las Comisiones Propias de Evaluación y la importancia de la evaluación institucional como base para la cualificación de los procesos académicos. La Comisión Propia de Evaluación constató los efectos positivos del trabajo como la efectiva participación de la comunidad académica y la validez de las informaciones. De lo que se deduce que dicha Comisión de Evaluación es factor fundamental en la contribución de diagnóstico para la realización de acciones a favor de la calidad institucional.

Palabras clave: Comisión Propia de Evaluación. Autoevaluación Institucional. Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior.